

PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO DO FORTIM SANTA MARIA DA BARRA. SALVADOR-BAHIA

Maria Herminia Olivera Hernández - UFBA*

RESUMO:

O Fortim Santa Maria da Barra, fortaleza construída no século XVII, constitui um dos monumentos tombados de caráter militar representativos do período colonial. O mesmo passou por modificações em sua estrutura e imagem visual quando lhe foram incorporados elementos, sobretudo na sua composição como conjunto arquitetônico construído. Através do presente artigo pretendemos aqui apontar os procedimentos metodológicos adotados para a realização do projeto que propõe junto à restauração do conjunto a inserção de novo uso: os escritórios da Fundação AVINA Brasil – Recursos Marinho, Costeiro e Hídricos. A dita instituição propõe promover ações de cunho social, ambiental e cultural, buscando transformar o Forte em um importante espaço educacional no país e no continente, principalmente em relação aos temas marinho-costeiros com os quais a história do Forte esta totalmente alinhada.

Palavras-chave: Restauo. Arquitetura militar. Avina Brasil.

ABSTRACT:

The Fortim Santa Maria da Barra, fortress built in the seventeenth century, is one of the monuments of fallen military representative character of the colonial period. The same went for changes in its structure and visual image when it was incorporated elements, especially in its composition as set architectural built. In this article we want to point out here the methodological procedures adopted for the project which proposes to restore the set with the insertion of new use: the offices of the Foundation AVINA Brazil - Marine Resources, Coastal and Water. The actual institution proposes actions to foster a social nature, environment and culture, seeking to transform the Fort in an important educational area in the country and the continent, especially for marine-coastal themes with which the history of the fort is completely aligned.

Keywords: Restore. Military architecture. Avina Brazil.

O FORTIM SANTA MARIA/ ASPECTOS HISTÓRICOS

No processo de desenvolvimento, o organismo urbano surgia da própria organização do império expansionista, apoiada no Comércio, sendo sua primeira estrutura comum à construção defensiva, unida à rota marítima. A ...
“fortaleza fixando o lugar, comunica, ao mesmo tempo, a relativa rarefação da

“função de defesa e fará ressaltar tal lugar como componente de sua primeira função agregadora”. (RODRIGUEZ, 1987, p.167).

O plano inicial das feitorias não evitou as constantes incursões de navegadores de outros reinos. Não havia condições de proteger a conquista contra a ambição dos outros. Em seguida vem, o regime das capitânicas hereditárias¹, que teria como propósito a estabilidade, permanência e a defesa do território.

A nova experiência malogrou, como plano político, orientado para a defesa do inimigo externo, que almejava as riquezas do Brasil e ao controle do gentio em revolta permanente. O malogro administrativo foi evidente, mas em vista dos aspectos econômicos e financeiros, a conquista prometia muito. Dessa forma a metrópole decide por colocar na prática outro plano, que consistiu em revogar os poderes dados aos capitães, transferindo-os para o capitão da Bahia de Todos os Santos, sendo aquele declarado governador geral.

O Governo Geral, instalado na Bahia em 1549, não extinguiu as capitânicas. De imediato, as atribuições públicas dos capitães se incorporaram ao sistema, fiscalizados por um poder mais alto, em assuntos militares, da fazenda e da justiça. A autoridade do Governador Geral, segundo o Regimento² e a Carta de Nomeação, absorveria a autoridade dos capitães donatários.

Com a nova estrutura de governo foi implantada uma estrutura econômica baseada na produção de açúcar para exportação, no trabalho escravo e na utilização das melhores terras do nordeste. Isto propiciou a acumulação de riquezas motivo pelo qual aconteceram diversos ataques de navios ingleses em 1587, holandeses em 1599 e franceses em 1612.

Entre 1624 e 1625, aconteceu a invasão holandesa cujos atacantes desembarcaram pelo Porto da Barra em Salvador. A cidade foi retomada em 1625 por uma esquadra luso-espanhola. Assim sucessivamente outros ataques se repetiram quando o Nordeste foi ocupado pelos holandeses (1630-1654), com tentativa de ocupar Salvador em 1638, e também outras incursões registraram-se no Recôncavo.

Diante a conjuntura de ter seus domínios saqueados, trata a Coroa Portuguesa de mandar, urgentemente reforçar as fortificações da *Capital do Brasil*. De acordo com o professor Mario Mendonça (2008, p.1):

Com efeito, aproveitando, inclusive, as defesas deixadas pelos holandeses, que bateram em retirada, os portugueses trataram de aumentar a proteção da sua capital de Além-mar. Um dos locais escolhidos foi o Porto da Barra, onde os batavos tinham desembarcado com toda facilidade. É a partir deste momento que nascem os fortins de S. Maria e S. Diogo, que passam desde então, a ser nomeados nas relações das nossas fortalezas.

No entanto há divergências entre os historiadores no que diz respeito às datas exatas de surgimento do Forte Santa Maria e de seu vizinho São Diogo. Não existe documento algum ou Ordem Régia que declare a autorização para a edificação das citadas construções. Conforme Mario Mendonça (2008) o que se sabe é por dedução ou declarado por cronistas que vieram depois. Já Vasconcellos (2002, p.66) registra que no ano de 1631, tinham sido iniciados ambos fortes na Barra, *para dar cobertura ao forte de Santo Antônio*. Acredita-se então que o nascimento das fortificações aconteceu no Século XVII.

A primeira iconografia do fortim (fig.01) aparece registrada no manuscrito do Capitão José Antônio Caldas, do século XVIII, chamado de “*Noticia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prez.^{te} anno de 1759*”.

O Fortim de Santa Maria, apoiado sobre um promontório rochoso no Porto da Barra, possuía até fim do século XVIII:

... um parapeito à barbete, ou seja, era mais baixo e contínuo, sem as aberturas das canhoneiras, como mostra a planta de Caldas. Mais tarde ganhará não só canhoneiras, mas, também, banquetas de tiro que protegiam os mosqueteiros e artilheiros. Além disto, possuía ponte levadiça de madeira, hoje substituída por ponte fixa e de alvenaria. (MENDONÇA, 2008, p.3).

Conforme o citado autor, a inícios do século XIX o Fortim já era representado com um parapeito dotado de canhoneiras na forma como hoje se apresenta, tendo apenas acontecido á ampliação dos alojamentos da guarda e casa do

comandante, todas as novas paredes foram apoiadas sobre o parapeito da muralha. Na segunda metade do oitocentos é inserido um anexo que além de invadir a praça de armas imprimiu modificações, à fachada lateral norte, incluindo a forma do telhado. Posteriormente, já no século XX, foi aplicado, na fachada principal – leste, reboco com riscos fingindo cantaria de pedra (fig.02).

Como propriedade do Patrimônio da União, o Forte de Santa Maria passou anos sob os cuidados da Marinha do Brasil e do Exército, que, no intuito de adequar os espaços para as atividades que foram surgindo imprimiu ao edifício modificações cujos impactos não foram favoráveis ao monumento.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Nas análises do estado geral de conservação do Forte Santa Maria foi feita a avaliação específica do estado de conservação dos materiais e do sistema estrutural bem como foram identificados os agentes de degradação.

Seguindo a metodologia para a realização de projetos de Restauração de bens imóveis, a primeira etapa de trabalho consistiu na execução do Estudo Histórico e o Levantamento Cadastral do edifício. Ambas as ações permitem uma aproximação ao objeto estudado fornecendo dados importantes e esclarecedores acerca do surgimento, processos de mudanças e acontecimentos no edifício, sua estrutura, seu contexto geográfico e seu dimensionamento.

A segunda etapa dos trabalhos teve como finalidade fazer o diagnóstico³ do Fortim Santa Maria o qual foi detalhado em 24 fichas, que compreenderam os espaços internos, os semi-abertos (no caso o pátio de armas) e as fachadas do monumento. Nesses documentos ficou registrada a natureza, estado de conservação dos elementos arquitetônicos componentes e um elenco de sugestões dos procedimentos a serem adotados na intervenção restaurativa.

Quanto aos materiais é importante ressaltar que trata-se de edifício localizado em área litorânea, razão pela qual o mesmo encontra-se exposto à permanente incidência dos aerossóis marinhos, que além de se depositarem sobre os materiais do monumento, tem causado evidente e continua degradação. Também acelerada pelo possível emprego de materiais “contaminados” de sal na construção original.

Conforme o Diagnóstico elaborado a partir das análises dos laudos do Núcleo de Tecnologia da Preservação dos Materiais da UFBA - NTPR, foi observado que na maioria das áreas do reboco de revestimento a presença de NaCl (cloreto de sódio) é muito alta. Provocando a progressiva degradação dos materiais “através da manifestação de eflorescência e cripto-eflorescência, com conseqüente manifestação de pulverulência ou escamação das superfícies” (OLIVEIRA, 2008).

Na parte interior do edifício o reboco foi substituído por um chapisco *grosseiro* de cimento (fig.03) que não tem semelhança alguma com o revestimento original. Dessa forma este revestimento deverá ser retirado e em seu lugar aplicar “*uma argamassa aditivada com pó cerâmico, por ser mais resistente às tensões de cristalização.*” (OLIVEIRA, 2008).

No pavimento térreo os pisos aparecem elevados em referência aos originais, fato este relacionado a uma tentativa de diminuir a umidade. Isto trouxe como conseqüência a diminuição do tamanho das portas e redução do pé direito dos espaços. O relatório aponta que o piso original aparentemente era de *tijoleira*.

Referente às estruturas o diagnóstico concluiu que o estado de conservação é razoável pois não existe ameaça de desabamento. No entanto ressalta que as paredes do térreo, não apoiadas no parapeito e na cortina externa do fortim, *apresentam sinais de translação vertical, evidenciadas pelas lesões parabólicas que podem ser observadas em diversas paredes.*

As paredes em estuque do primeiro pavimento apresentam a trama em madeira danificada, mostrando deformações nas peças.

Quanto às instalações elétricas e hidro-sanitárias estas apresentam péssimo estado, haja vista a degradação considerável de seus elementos componentes.

Cabe ainda ressaltar que uma das recomendações do diagnóstico foi a realização de prospecções estruturais com a finalidade de verificar a situação das fundações e concepção do sistema construtivo com a idéia de indicar as consolidações e estabilizações necessárias. Outrossim o conhecimento da definição da tipologia construtiva dos muros e dos pisos originais, e seus respectivos níveis, constituem dados de vital importância para as soluções do projeto de restauro.

Esta fase da pesquisa no monumento permitiu o registro de dados tais como: escasso sistema de fundações de paredes internas, *apoiadas diretamente sobre um terrapleno de areia do mar*, nível dos pisos antigos (fig.04), restos arqueológicos da casa da pólvora, no terrapleno (fig.05). O detalhe referente aos vestígios da casa da pólvora indicou a necessidade de um projeto específico de arqueologia.

O PROJETO DE RESTAURAÇÃO DE FORTE SANTA MARIA A ESCRITÓRIOS DA AVINA BRASIL

Pertencente a União, o Forte de Santa Maria passou anos sob os cuidados da Marinha do Brasil e Exército, e recentemente, a AVINA Brasil – Recursos Marinho, Costeiro e Hídricos, obteve o direito de uso do Forte cedido pela Secretária do Patrimônio da União – SPU, do Ministério do Planejamento, com a intenção de instalar os seus escritórios tendo como princípios contribuir à preservação desse importante patrimônio histórico e promover ações de cunho social, ambiental e cultural, buscando transformá-lo em um importante espaço educacional no país e no continente, sobretudo em relação aos temas marinho-costeiros com os quais a história do Forte esta totalmente alinhada.

O projeto de restauração teve como objetivos adequar os espaços para a inserção do novo uso, levando sempre em consideração, as características

inerentes à natureza do monumento, detalhar os serviços que deverão ser feitos para a restauração do conjunto arquitetônico, e apontar os aspectos a ser solucionados uma vez que analisadas as questões estruturais do edifício as que precisarão de projeto complementar.

Cabe assinalar que no universo da conservação e a restauração de bens imóveis, convivem distintas teorias, nesse sentido, pode-se assegurar que a teoria contemporânea da restauração não têm substituído completamente as teorias clássicas da restauração, e nem isto seria possível pois aquela é resultado de um processo evolutivo, cujo sustentáculo esta nas idéias expressadas a inícios do século XX.

Uma das tendências desta teoria contemporânea da restauração (Muñoz, 2003, p.14), é ainda se apresentar de modo fragmentário, o que a faz de difícil articulação. Porém é nova, e mesmo exigindo um esforço intelectual para aqueles conhecedores das teorias chamadas clássicas, com seus textos canônicos (Brandi, Lê-Duc, Ruskin, Boito, Baldini, etc.), tem vantagens importantes ao se adequar melhor à realidade da conservação e restauração atual, empregando instrumentos conceituais mais flexíveis tendo uma maior compreensão do processo como um todo.

Atentando para esses postulados, o projeto de restauração do Forte de Santa Maria, teve como parte do processo metodológico, sua base principal nas etapas previamente realizadas, acima tratadas no texto. O mesmo foi dividido em duas partes principais, parte gráfica e especificações técnicas, estas ultimas colocam detalhadamente as estratégias e posturas adotadas nas soluções projetuais.

Ressalta-se que a edificação foi considerada como elemento integrante de todo um contexto social, evolutivo, transitório e por tanto mutável. Dessa forma foram analisados aqueles elementos que ao longo do tempo passaram a integrar a sua estrutura material, e se tornaram funcionalmente necessários às necessidades exigidas. Sendo indicada, nesse caso, a sua permanência e consolidação.

O Forte como monumento, coloca uma dúplice instância: a estética e a histórica. Conforme Brandi (2004, p.103), sendo ambas polaridades definidoras da obra de arte a primeira diretriz será a relativa a determinar às condições necessárias para a fruição da obra de arte como imagem e como fato histórico, nesse sentido a proposta teve como princípios básicos:

- manter os acréscimos construtivos sobretudo pela sua integração à estrutura existente e a necessária adequação do monumento às condições do novo uso;
- substituir parte desses acréscimos construtivos presentes na área do terraço, por estruturas de qualidade material e estética;
- redesenhar a cobertura recuperando a imagem da fachada norte cuja cimalha era encimada por um oitão;
- substituir o reboco atual imitando cantaria da fachada leste, que conforme demonstrado pelo estudo histórico, não se corresponde com a fisionomia original do edifício;
- retirar a escada e inserir outra com as dimensões adequadas. Mantendo toda a sua estrutura em madeira e reaproveitando as peças (balaustres) do guarda-corpo existente;
- recuperar as esquadrias em madeira (trata-se da maioria das folhas ou escudos das janelas). As janelas (guilhotinas) deverão ser refeitas devido a que na sua maioria a madeira utilizada nas existentes não é da qualidade recomendada;
- remover estucamento existente sobre as cantarias e realizar a restauração das conversadeiras;
- desenhar forros de madeira nas áreas do primeiro pavimento e em outras indicadas pelo projeto de gesso. A leitura da forma da abóbada será realizada em madeira, colocada acompanhando a curvatura indicada pelos arranques existentes;
- retirar os coqueiros e inserir hastes que permitam a colocação de lona tensionada, que como cobertura eventual cobrirá as atividades promovidas pela Fundação nesse espaço.

CONSIDERAÇÕES

Recomenda-se a realização de prospecções arqueológicas nas áreas do *pátio das armas*, para buscar a antiga casa da pólvora, nas salas do pavimento térreo, para se encontrar o nível do piso original além de se verificar as condições das fundações. Os trabalhos deverão ser executados por equipe técnica especializada.

É de extrema importância a tomada de ações imediatas no sentido de manter a integridade física do edifício. A principal delas é a prospecção nas fundações para descobrir se recalques são as causas das lesões na alvenaria. Em caso afirmativo deverão ser feitos, imediatamente, reforços para evitar o aumento destas lesões e, conseqüentemente, o desmoronamento o que seria extremamente danoso e irreversível.

Durante o processo de elaboração do diagnóstico foi feito um levantamento dessas fissuras e constatou-se que elas estão presentes em todas as salas do pavimento térreo, inclusive na única abóbada que ainda resta na edificação. Neste caso, as lesões apresentam-se desde o andar superior.

Lembra-se que o projeto de restauro não tem condições de pontuar todas as ações que se farão necessárias no ato da execução, por isso o mesmo se converte em instrumento dialético passível de ajustes que deverão ser acompanhados e registrados de forma acurada por pessoas especializadas.

NOTAS

¹ O território brasileiro foi dividido em várias parcelas de 60 léguas de costa e limite de profundidade até onde atingisse o domínio do território estabelecido pelo Tratado de Tordesillas. Cada parcela denominou-se capitania. Foram estabelecidas 12 capitanias.

² Segundo Raymundo Faoro (v2, 1998, p.144), o Regimento lavrado a 17 de dezembro de 1548, “é um documento básico, verdadeira carta magna do Brasil e sua primeira Constituição, tendente a unificação territorial e jurisdicional, já com os elementos aptos para uma colonização progressiva”.

³ O Diagnóstico foi realizado junto ao NTPR – Núcleo de Tecnologia da Preservação dos Materiais – sob a coordenação técnica do Prof. Mario Mendonça e da Arquiteta Karina Matos de Araújo Cerqueira.

REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CALDAS, José Antônio. Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. Salvador: Beneditina, 1951.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1998, v.2.

HERNANDEZ, Maria Herminia Olivera. Projeto de restauração Forte Santa Maria da Barra. Salvador, 2009.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil. Salvador: Omar G, 2004.

____ ; MATOS, Karina. Diagnóstico do Fortim Santa Maria. Salvador: 2008.

RODRÍGUES, Maria João Madeira. Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1987.

VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

VILHENA, Luiz dos Santos. A Bahia do século XVII. Salvador: Itapuã, 1969. v.1.

* Professora Adjunta do Departamento I – História da Arte e da Pintura. EBA-UFBa. Arquiteta, Doutora e Mestre – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBa. Especialista em Restauração e Conservação de Monumentos – FAUFBa, e Conservação Preventiva – Fundação Antorchas – VITAE.

FIGURAS

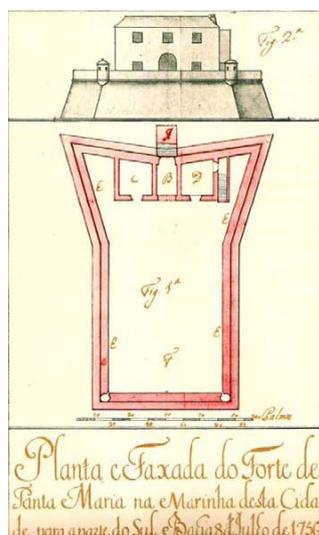


FIG. 01. LEVANTAMENTO CADASTRAL DO FORTIM DE SANTA MARIA FEITO POR CALDAS. FONTE: (CALDAS, 1951).



FIG. 02. FORTIM DE SANTA MARIA
FONTE: Karina Matos - 2008



FIG. 03. REBOCO INTERNO. DETALHE
FONTE: Maria Hermínia Olivera Hernández - 2008



FIG. 04. PISO EM TIJOLEIRA. DETALHE. PAV. TÉRREO
FONTE: Karina Matos - 2008



FIG. 05. VESTIGIOS CASA DA PÓLVORA. DETALHE PRAÇA DE ARMAS.
FONTE: Maria Herminia Olivera Hernández - 2008